

A invenção do método: diplomacia como ética de pesquisa

The invention of the method: diplomacy as research ethics

La invención del método: la diplomacia como ética de la investigación

Carlos Baum

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Carolina dos Reis

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Lucas Goulart

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Luciana Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

Este artigo parte da pergunta “Como inventar um método?” não em direção à resposta a esta questão, mas, antes, a uma discussão sobre a postura do pesquisador no exercício de construção de metodologias de pesquisa. Para tanto, buscamos pôr em questão aqueles modos de fazer pesquisa que são marcados pela hierarquização entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Como alternativa trazemos a postura ética assumida pelo personagem do diplomata construído por Vinciane Despret para o desdobrarmos em duas ferramentas que, acreditamos, podem contribuir para colocar em análise as relações assimétricas entre os atores da pesquisa. Quais sejam: a irredutibilidade das diferenças entre os atores presentes no campo da pesquisa e o reconhecimento da multiplicidade das verdades e dos modos de existência.

Palavras-chave: Metodologia de Pesquisa. Ética. Neutralidade. Mediação. Relações de Poder.

Abstract

This article arises from the question “How to invent a method?”, not toward the answer to this question, but rather to a discussion of the posture of the researcher in the exercise of building research methodologies. To this end, we aim to question those ways of doing research that are marked by a hierarchy between the researcher and its research object. As an alternative we bring

the ethical stance taken by the character of the Diplomat, built by Vinciane Despret, to unfold in two tools which we believe can help to question the asymmetrical relations between the actors of the research. Namely: the *irreducibility* of the differences between the actors present in the field of research and recognition of the *multiplicity* of truths and modes of existence.

Keywords: Research Methodology. Ethics. Neutrality. Diplomacy. Power Relations.

Resumen

Este artículo parte de la pregunta “¿Cómo inventar un método?”, no hacia la respuesta a esta pregunta, pero antes a una discusión sobre la postura del investigador en el ejercicio de la construcción de metodologías de investigación. Con este fin, se busca cuestionar esas formas de hacer la investigación que están marcadas por una jerarquía entre el investigador y el objeto de la investigación. Como alternativa traemos la postura ética adoptada por el Diplomat, personaje construido por Vinciane Despret, a desarrollarse en dos herramientas que se espera que puedan ayudar a poner en cuestión las relaciones asimétricas entre los actores de la investigación. A saber: la *irreductibilidad* de las diferencias entre los actores presentes en el campo de la investigación y el reconocimiento de la *multiplicidad* de las verdades y de los modos de existencia.

Palabras clave: Metodología de Investigación. Ética. Neutralidad. Diplomacia. Relaciones de Poder.

Sobre “Como inventar um método?”

A elaboração de metodologias de pesquisa é um desafio que se coloca a qualquer pesquisador, independente de que área ou filiação epistemológica pertença. A construção de toda pesquisa passa, invariavelmente, pela formulação de uma problemática a ser estudada e pelo estabelecimento das formas de estudá-la. Deste modo, compreendemos que a discussão metodológica a-

barca não somente a formulação dos procedimentos de pesquisa a partir de um alinhamento teórico, mas, mais que isso, envolve o pesquisador em um modo de relação particular que se apresenta diante de sua própria prática investigativa. Cada recorte problemático carrega consigo um ponto de vista, mas também acarreta, invariavelmente, em um leque de posturas de como enfrentá-lo.

Trata-se aqui, portanto, de pautar uma diferença que atravesse a própria práti-

ca científica, ou seja, o modo de condução de uma investigação em seu campo específico, no caso, a psicologia social. Seja nas chamadas Ciências modernas (com “C” maiúsculo) ou nas chamadas ciências na democracia (com “c” minúsculo) essa mesma questão se faz presente (Latour, 2004). Se por um lado essas ciências, que aqui denominamos ainda com certa imprudência de modernas ou democráticas, divergem de maneira radical, a problemática que pretendemos construir recoloca suas diferenças à medida que elas podem ser aproximadas. Dito de outra forma, como elas se diferenciam: toda opção epistemológica obriga uma escolha ética e metodológica que se distinga das demais¹.

Toda Ciência que se pretende moderna se coloca como reprodutora da divisão ontológica entre sociedade e natureza (Latour, 1994). Ou seja, ela é fruto de uma história a qual, apesar de adotar epistemologias e nomenclaturas diversas, não é capaz de colocar em suspensão essa divisão.

A seu turno, colocar as ciências em democracia implica suspender essa partição ontológica, ou, antes, situá-la como produto de um acontecimento (Stengers, 2002) que porta consigo esses diferentes modos de conhecer. Ao fazer isso não se está criando uma teleologia da prática científica e muito

menos reificando um modo de ordenamento hierárquico entre elas. Ao contrário, adotamos a premissa de que todo saber cria para si seus critérios de validação, mas nenhum dentre eles está autorizado a sobrepor-se sobre os demais.

Nesse sentido, ao colocar a pergunta inicial “como inventar um método”, não se busca atender às questões de validação circunscritas nas disciplinas epistemológicas e tampouco defender uma primazia do ponto de vista sobre outros. Foge do escopo desse trabalho criar um método de pesquisa, ou seja, não se trata de sugerir procedimentos esquematizados que permitam responder a problemas. Compreendemos que o desenvolvimento desses procedimentos não ocorre desarticulado de uma concepção teórica a partir da qual o problema é proposto.

Nosso foco de discussão – embora dialogue com os demais, não se reduz a eles – refere-se, antes, ao *ethos* do pesquisador, questão que entendemos como *transversal* aos diferentes modos de pesquisar. É a partir deste eixo que nos permitimos construir campos comuns de discussão entre essas diferenças sem, contudo, anulá-las.

Diante disso, cabe esclarecermos que quando falamos do *ethos* do pesquisador, estamos nos referindo a uma postura diante do desenrolar da pesquisa; uma postura que

leva em consideração o que se pode e o que se quer produzir², tanto na relação direta com os atores envolvidos no processo de pesquisa, quanto, de forma mais ampla, no campo do conhecimento e frente àqueles sobre os quais irá incidir. Quem são os agentes? Qual seu estatuto epistemológico? Que problemas a situação de pesquisa apresenta? Quais os obstáculos? Quais os limites? Todo o pesquisador assume uma postura frente a essa gama de questões, não estando a ética restrita a um ou outro campo do conhecimento.

Isabelle Stengers (2002) nos aponta que cada uma dessas posições define suas referências à autoridade e à legitimidade do conhecimento produzido. Por meio delas distribuem-se direitos e deveres entre os atores envolvidos, sejam eles humanos ou não. É por meio da ética, portanto, que podemos encontrar um traço comum entre ciência e política. Essas práticas não se confundem, não são comensuráveis, mas se associam diante de um problema comum: como reconhecer um representante legítimo?³ Isto é, por quais traços reconhecemos aqueles que querem falar em nome de outros, ou a teoria que quer representar os fatos?

É a partir dessas questões que nasce uma política do saber, dimensão que resiste a qualquer definição objetiva, pois corres-

ponde em si mesma à criação de definições. Retomando, assim, a diferença entre Ciências modernas e ciências *em* democracia, a maneira com a qual cada pesquisador assume seu lugar diante do mundo o qual ele interroga lhe confere a possibilidade de criar seu próprio método, mas lhe atribui, consequentemente, um compromisso diante de sua prática. É nesse limiar ético que este trabalho busca se situar.

Tradicionalmente, atribui-se como função dos métodos experimentais em psicologia, vinculados a uma concepção de Ciência moderna, de caráter positivista, o estabelecimento de leis e regras que sejam as mais universais possíveis, assentadas sobre o estabelecimento de relações de causa e efeito (Campos, 2001). Nesse caso a neutralidade aparece como um *ethos* na composição do método experimental. Uma das obrigações da cena experimental é a construção de um objeto mensurável, direta ou indiretamente, buscando com isso correlações causais. O que vincula sujeito e objeto é a possibilidade de quantificação ou matematização dessa ligação.

Reconhecemos como legítimas as afirmações de regularidade, ou seja, aquelas que se aplicam a um número maior de casos. O *ethos* da neutralidade produz uma política de generalização e predição (Guareschi &

Scarparo, 2008) e os critérios de validação perpassam a separação apriorística entre sujeito e objeto: são legítimos os objetos que podem ser generalizados; faz autoridade o pesquisador que é capaz interpretar a realidade e produzir conhecimento objetivo (leia-se verdadeiramente universal). Essa epistemologia política da objetividade constitui simultânea e assimetricamente os lugares-de-fala do pesquisador e do pesquisado⁴.

Da mesma forma, as teorias pós-estruturalistas, ainda que questionem esses pressupostos conceituais e metodológicos, se mantêm restringidas por uma ética semelhante. A maneira pela qual se buscou introduzir a reflexão acerca da postura do cientista em sua relação com o campo de investigação, propunha uma centralidade da linguagem. A intenção era o deslocamento da análise do comportamento de uma perspectiva individualista e interiorizada para um diálogo com as coletividades e práticas culturais nas quais esse fenômeno é produzido.

Sendo assim, o saber científico também se constituirá sujeito às regras dos jogos de linguagem, de saber e de poder. A virada linguística, como ficou conhecido tal deslocamento, conecta-se à virada cultural, estendendo essa compreensão sobre a linguagem para a vida social, ou seja, todas as práticas sociais referem-se a significados.

Nessa perspectiva, a linguagem torna-se uma forma de ação constituinte de sujeitos e realidades, validando suas afirmações por meio das especificidades históricas e culturais a partir das quais foram construídas (Guareschi & Scarparo, 2008).

Ao centralizar o lugar do discurso na produção científica, os pós-estruturalistas obscurecem o trabalho de composição, bem como a ação do dispositivo experimental. Como reduzir a física de partículas subatômicas a um efeito de discurso? Ou imaginar que o universo não passa de uma grande narrativa? Ao mesmo tempo, os coloca sob o tom de uma ironia que não se deixa enganar (Stengers, 2002), de quem escapou de sua própria história.

Ainda que essa possa ser uma descrição bastante simples da multiplicidade de práticas de pesquisa que podem ser produzidas a partir dessas diferentes perspectivas, essas são caricaturas construídas pelos próprios pesquisadores de cada espaço epistemológico como forma de enfrentamento em meio à guerra das ciências (Stengers, 2010). Nossa intenção ao trazer esses retratos caricaturados não é a de reafirmar essas descrições, mas, antes, a de apontar que, independente das linhas teóricas a que nos vinculamos, não existe um lugar isento de reflexão sobre a própria prática científica. Por fim,

cabe ainda destacar que não temos a pretensão de convencer o leitor a assumir uma determinada postura, mas antes, oferecemos àqueles que de alguma forma partilham preocupações comuns, alguns operadores que encontramos no percurso de leitura de determinados autores, em especial, Bruno Latour, Isabelle Stengers, Annemarie Mol e Vinciane Despret.

Por que colocar em questão as assimetrias do campo de pesquisa?

Uma das problemáticas que buscamos confrontar nesse texto surge do reconhecimento de uma disparidade entre os lugares-de-fala do sujeito pesquisador e dos sujeitos pesquisados. Sendo assim, nos é interessante abordar essas relações antes de dar sequência à discussão sobre a postura de pesquisa do diplomata, e como essa poderia ajudar a colocar em questão as dissimetrias entre os diferentes atores no processo de pesquisa. Assim, cabe-nos pensar sobre os estudos desenvolvidos em Psicologia Social, entendendo que precisamos primeiro afirmar a importância da reflexão acerca dessas assimetrias.

Quando falamos de “assimetrias”, falamos dos processos que, historicamente, demarcam sujeitos em posições diferencia-

das. As construções de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, sexualidade, classe social, entre outras, mantêm posições-de-sujeito plenamente reconhecidas como passíveis de fala e representação, e também posições-de-sujeito que denominaremos de “subalternas” (Spivak, 2010). Compreendemos como “subalternos” os sujeitos dotados de “marcas de diferença” que mais comumente constituem relações de desigualdade. Embora compreendamos que nem sempre essas diferenças constituam relações de submissão e dominação, é inegável que diferentes posições de sujeito tenham diferentes acessos materiais e simbólicos dentro de uma escala social que se constrói enquanto normativa e hierárquica, mantendo privilégios de alguns sujeitos sobre outros.

É interessante salientar que essas hierarquias sociais de posições-de-sujeito são mantidas e referenciadas pelas próprias ciências positivistas, posto que essas são reconhecidamente campos com acesso privilegiado à “natureza”. Constituindo o que seria essa “natureza” – circunscrevendo, então, o que seria a norma – é possível considerar as ciências positivistas como uma esfera importante na constituição e manutenção de grande parte desses lugares-de-fala subalternos. Assim, é importante nos questionarmos a respeito não só dos modos

como constituímos as “realidades” das pesquisas, mas, também, qual nosso objetivo ao empreendermos essa tarefa, visto que o pesquisador opera suas investigações já dentro de uma disciplina que é historicamente responsável pela manutenção de estruturas hegemônicas de poder (Fausto-Sterling, 2002).

Entretanto, é preciso destacar que não são somente as ciências positivistas que produzem e estabilizam relações hierárquicas no campo da pesquisa. Com isso, é interessante nos voltarmos para as críticas feitas por Gayatri Spivak (2000) em relação às teorias pós-estruturalistas. De acordo com a autora, essas posições que consideram o sujeito como um ser multicentrado – ou seja, não mais ancorado nas identidades modernas estáveis – acabam não levando em consideração sua própria relação dentro dos esquemas de dominação das classes subalternas. Mesmo que os autores pós-estruturalistas neguem representar politicamente essas classes, a representação dessas pela visão do pesquisador acaba por constituí-las, visto a diferença hierárquica entre o sujeito-pesquisador e aquele sujeito-pesquisado. Assim, surge o que a autora chama de “intelectual transparente” – aquele que, em sua negação de representar um sujeito-de-fala, acaba representando-o pela própria posição privilegiada da ciência, recolocando

esse arranjo hierarquizante de dominação sobre ele. Nesse sentido, acabamos encontrando discussões como a de Larissa Pelúcio (2006), por exemplo, que questiona até onde instrumentos básicos de nossa pesquisa, como os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, com sua linguagem rebuscada proveniente de formalismos acadêmicos, não acabam servindo muito mais para manter a disparidade (e a superioridade representacional) das posições de sujeito do(a) pesquisador(a) sobre os pesquisados presentes em sua pesquisa.

Dessa maneira, poderíamos nos perguntar: Qual é, afinal, o nosso objetivo enquanto ciência que incide sobre os sujeitos e eventos? Poderíamos, a despeito da posição privilegiada de cientistas – oferecer possibilidades não hegemônicas para aqueles com os quais pesquisamos sem os calar ou os recolocar em posições subalternas?

Para construir um método que se interessa em pensar sobre a relação com os diferentes atores presentes na construção do conhecimento, não poderíamos assumir nem o *ethos* da “neutralidade clássica” – a que consideraria um observador neutro, nem a ética do “intelectual transparente” – que desconsidera a posição privilegiada do pesquisador em prol de uma pretensa desterritorialização, pois ambas as posturas ignoram

(ou ao menos entendem como mero pano de fundo) aquilo que entendemos como questão fundamental para o exercício do pesquisar: as dissimetrias nas relações de poder nos campos de estudos. Entendemos que ao colocar em questão essas relações, abre-se a possibilidade de construir modos de pesquisar que não busquem anular ou calar as diferenças e a multiplicidade de atores envolvidos, mas que tomem essas como elementos centrais para a construção e desenvolvimento da pesquisa.

Com essa proposta estabelecemos um contraponto às formas de pesquisar que reduzem as diferenças recorrendo a uma verdade transcendente, seja através da interpretação, seja através da desconstrução. Muito mais que a descrição de metodologias, falamos aqui em uma postura frente a essas que se constitui como uma abertura para o encontro com o campo de pesquisa, um deixar-se afetar pelos eventos presentes no campo de modo que nos deixemos deslocar do lugar de saber e poder. Que possamos permitir que os mal-entendidos, os equívocos, os entraves, os fatos inusitados, os questionamentos que nos atravessam no processo de pesquisa possam produzir mudanças no pesquisador e no próprio estudo. É encarar o campo de pesquisa não somente como um espaço de coleta de dados, mas como uma

possibilidade de encontros que coloquem nosso pensamento em movimento.

Quando nos referimos à construção de relações mais simétricas no processo de pesquisa, reforçamos que as relações de poder sempre serão assimétricas, portanto, não queremos cair em uma visão ingênua ou mesmo romântica de uma simetria possível, mas falamos de um lugar a ser assumido pelo pesquisador de respeito àquilo que é dito pelos sujeitos ou pelos objetos com os quais pesquisamos. É sair do lugar daquele que produz uma análise sobre o seu objeto de estudo e ir para o lugar daquele que pensa a partir do encontro com o campo de pesquisa. Os sujeitos e objetos com os quais pesquisamos são colocados ao lado dos grandes autores estudados, sendo ambos motores para o pensamento.

O que buscamos aqui é compor um *ethos* de pesquisa que esteja atento às dissimetrias envolvidas no processo de pesquisa, mas que reconheça a mobilidade e a diversidade nas relações entre os atores envolvidos. Sugerimos esse *ethos* a partir do personagem do diplomata construído por Despret (2004) em “Our Emotional Make up”. O objetivo desse trabalho é desdobrar esse personagem através de duas ferramentas que podem auxiliar na construção dessa postura de pesquisa. A primeira delas refere-se à “Irredutibili-

dade”, por meio dela defendemos a importância de sustentar a multiplicidade de atores agentes no mundo, sejam eles humanos ou não humanos. A “Irredutibilidade” permite, ainda, que nos afastemos da interpretação e da desconstrução em direção à manutenção das diferenças. Já a segunda, a “Multiplicidade”, nos aponta para a diversidade dos modos de existência no mundo, removendo do cientista a possibilidade do acesso a uma verdade superior às demais.

O Diplomata

Nossa proposta filia-se à postura adotada pelo personagem do diplomata, da qual nos fala Vinciane Despret (2004) em seu trabalho sobre a etnopsicologia das emoções. Para a autora, as relações estabelecidas entre os atores de pesquisas não devem estar pautadas em práticas de interpretação, mas sim de tradução. O diplomata, assim como o pesquisador, encontra-se deslocado de seu lugar de origem. O problema que se coloca a ambos é “como traduzir” as perguntas que fazem, assim como traduzir as respostas que lhes são dadas. Como traduzir aos outros aquilo que lhes é de interesse? Como descrever a singularidade do conhecimento do outro e, ao mesmo tempo, torná-la compartilhável pelo pesquisador? A auto-

ra sugere que procuremos um equilíbrio entre aquilo que é comum e o que parece incomensurável, entre a universalidade que borra as diferenças e a multiplicidade que encerra as culturas em um território de estranheza e exotismo.

Diferente do ato da interpretação, em que o pesquisador traduz sozinho os elementos e fatos que se produzem no fazer da pesquisa – frequentemente dentro de seu próprio quadro conceitual –, a tradução do diplomata só se torna possível na relação, no processo de encontro com os atores envolvidos na pesquisa. A tradução é sempre uma ação que precisa ser negociada. Cabe notar que tradução aqui não se refere à passagem de um vocabulário a outro, de uma língua à outra, como do inglês ao português, supondo que ambas existem independentemente. Lançamos mão do sentido latouriano de tradução (Latour, 2001) indicando uma mediação, a invenção de um vínculo que não existia e que, em certa medida, modifica os elementos envolvidos. A tradução, desta forma, não é simplesmente uma mudança de linguagem, mas a criação de uma nova versão daquilo que é narrado. Ao construir uma versão, a tradução busca manter presentes os efeitos daquilo que é narrado. Logo, não se trata somente de descrever os acontecimentos do campo de pesquisa em uma lingua-

gem acadêmica. Trata-se de construir uma narrativa que tenha legitimidade e inserção no campo científico e, simultaneamente, carregue consigo os afetos e vivências compartilhadas no campo de pesquisa.

Nesse sentido, Despret (2002) coloca a tradução como um problema a ser construído e não uma solução para nosso modo de produzir conhecimento. Uma postura que nos coloca frente a um modo diferente de nos relacionarmos com os atores da pesquisa e, portanto, outro modo de questionarmos e produzirmos conhecimento (Despret, 2002) que abra a possibilidade de que os atores envolvidos se reconheçam nas versões que construímos.

Tal como sugere Bruno Latour (1994), a posição de negociador é daquele que regula os instrumentos de medida, redige dicionários de correspondência, monta e negocia os valorímetros, institui cadeias metrológicas. Não se trata de representar a realidade de um modo verdadeiro ou falso, científico ou não científico; trata-se de trazer à existência um modo possível de compreender melhor qual agenciamento tornou essa ou aquela versão da verdade possível, o que cada uma delas nos permite pensar e fazer.

A tradução não se confunde com a interpretação, quando esta nos remete a verdades transcendentais, universalizadas e ge-

neralistas, a explicações vindas de algum lugar fora da relação entre os atores da pesquisa. Em contraponto, o uso da tradução como ferramenta do pesquisar não é algo que “puxamos” de algum lugar para que se torne possível estabelecer uma interlocução com o sujeito, mas sim uma ferramenta que implica o cultivo da arte de negociação. A tradução necessita ser criada e negociada, a partir da relação entre os atores da pesquisa, na qual construímos ferramentas para negociação (Despret, 2004), nos termos da autora.

Diferente da interpretação, a tradução permite uma composição (Latour, 2001), as respostas dos atores, nos autorizam, nos capacitam, a fazer novas perguntas. Bem como nossas perguntas habilitam diferentes respostas. A tradução permite a associação dos atores envolvidos de modo a reconfigurar suas possibilidades de ação. É o abandono da referência a uma verdade transcendente que prepara as condições que nos permitirão levar as diferenças a sério. E é sob essas condições que os papéis (às vezes provisórios) podem ser atribuídos aos atores de modo que eles possam “permutar competências, oferecendo um ao outro, novas possibilidades, novos objetivos, novas funções” (p. 210).

O papel do diplomata, portanto, é

negociar mundos que possam ser compartilhados, inventar novos modos de nos relacionarmos com os demais atores da pesquisa, de questioná-los e conhecê-los. A negociação permite nos apropriarmos de um conhecimento que é tanto do outro, através das questões que colocamos, como do conhecimento de nós mesmos, ao solicitarmos respostas, e ao fazer desse conhecimento produzido com estrangeiros um ingrediente do processo de conhecermos a nós mesmos. A obrigação na qual a tradução nos coloca é a da construção dos problemas, não como uma solução, transformada em objeto que pretendemos conhecer, mas como um ingrediente ativo que regula seu método: a negociação de mundos compartilhados. Esse modo de fazer pesquisa não se impõe pelo direito de usufruir do lugar de uma verdade transcendente a qual todos os demais devem se submeter, mas evidencia as práticas que buscam interessar os interlocutores, em um movimento em que há lugar para a multiplicidade (Stengers, 2002).

Irredutibilidade

Para apresentarmos nossa primeira ferramenta nos aproximamos de Isabelle Stengers (2002) e Bruno Latour (2005) ao assumir um posicionamento que considera a

multiplicidade das entidades que agem no mundo, e que, longe de quererem afirmar uma verdade sobre outra, propõem a possibilidade de olhar e dialogar a partir das diferenças. Conforme relata Stengers,

[...] não tenho vontade de ser mobilizada em uma corte denunciadora antes de ter aprendido a rir, antes de ter aprendido como não me deixar redefinir como membro de um grupo com vocação majoritária que busca, ele também, impor seus “valores”, seus imperativos, sua “visão de mundo”. (Stengers, 2002, p. 28).

Essa ferramenta obriga-nos a considerar seriamente os termos e entidades oferecidos por todos os atores da pesquisa, sejam eles pesquisadores ou pesquisados, humanos ou não humanos. Ao recorrer ao termo ator, para nos referirmos a todos os envolvidos no ato de pesquisar, pretendemos reduzir a assimetria entre eles. É preciso aprender a evitar substituir a multiplicidade dos elementos que os atores nos fornecem por um conjunto de expressões menor e melhor conhecido, impostos pelo pesquisador. Tal como sugere Bruno Latour (2005), quando um criminoso diz “não é minha culpa, tive pais ruins”, não devemos sugerir que a sociedade o tornou um criminoso, tampouco que ele tenta reduzir sua culpa diluindo-a no anonimato da sociedade. Precisamos

nos ater àquilo que nos foi oferecido. Ele simplesmente nos disse “eu tive pais ruins”. O criminoso também não está se referindo a uma mãe castradora, é preciso resistir à ideia de que existe, em algum lugar, um dicionário onde a variedade dos elementos expostos pode ser reduzida a poucas palavras. Não há nada oculto por trás daquilo que nos é dito.

Nosso desafio é conseguir articular diferentes atores, ou seja, pesquisadores, instrumentos, pesquisados, colegas, teorias, etc., sem ferir os “sentimentos estabelecidos” (Stengers, 2002), aqueles que acarretam na indignação ou na rigidez do pânico. O que essa restrição nos impõe é a necessidade de respeitar as condições de legitimidade a partir das quais os diversos atores constituem seus lugares de fala. Isso não implica a imposição de um consenso, mas recusar a passagem do “isso é aquilo”, ou seja, negar a possibilidade da redução do outro em nome de uma transcendência. Não podemos ocupar uma posição de juiz que é capaz de julgar tudo o que é dito, pois “o princípio da irredução prescreve um recuo frente a esta pretensão de saber e de julgar” (Stengers, 2002, p. 27). A irredução nos leva a desconfiar do conjunto de palavras que conduz, quase automaticamente, a explicações reducionistas ou estabelecer uma diferença que reduz dois termos a uma oposição

irreduzível. Trata-se de utilizar palavras que não possuem a pretensão de revelar (a verdade atrás das aparências), nem denunciar (as aparências que escondem a verdade).

É importante afirmar que, assim como refutamos a redução e afirmamos a irreduzibilidade, da mesma forma, queremos nos afastar da desconstrução, pois entendemos que esta, por sua vez, também gera uma redução nas formas de compreender e explorar como se cultiva a existência das coisas no mundo (Despret, 2004). Quando interpelamos os sujeitos no campo da pesquisa e estes nos colocam explicitamente no lugar de saber, por exemplo, não basta dizermos que não há uma hierarquia entre os saberes, que temos apenas saberes diferentes, é preciso respeitar a questão trazida por esse sujeito sobre a forma como ele percebe o lugar do pesquisador em relação a ele, não devemos simplesmente desconstruir aquilo que é colocado pelo outro, é preciso levar a sério as questões que nos são colocadas. A mera desconstrução dos fatos e das verdades não nos possibilita respeitar os “sentimentos estabelecidos”, nem ir além de uma postura sarcástica e irônica. O pesquisador irônico é aquele “que não se deixa enganar”, que possui um poder de julgar mais lúcido, mais universal, que garante sua diferença em relação àqueles de quem fala. A ironia apenas

contrapõe o poder ao poder, criando disputas onde o que está em jogo é saber quem detém a verdade.

O humor, por outro lado, se produz como “a possibilidade de uma perplexidade compartilhada, que estabelece efetivamente uma igualdade entre aqueles que consegue reunir” (Stengers, 2002, p. 85). O humor nos impede de avaliar as diferenças em nome de uma transcendência, ou seja, a necessidade de recorrer a algo que se encontra sempre oculto daquele que interrogamos. Portanto, ao evocar uma verdade transcendente a ironia age como instrumento de redução, ao passo que o humor permite que nos reconheçamos como produto da mesma história que acompanhamos.

O que nos ajuda a compreender esse ponto é o que Isabelle Stengers (2002) chama de qualidade do riso, a distinção entre o riso irônico e o riso de humor. Enquanto o primeiro é o riso da troça ou do desprezo, que identifica sempre o mesmo para além das diferenças; o segundo é capaz de apreciar o diálogo sem esperar a salvação, um riso que não se abre às expensas daqueles a quem se dirige, mas que pode ser compartilhado por eles.

Its irony cannot take us beyond this deconstruction. In any case, it cannot allow us to understand that contrasts are constructed,

nor help us to explore – by taking it seriously – the way in which we cultivate emotions. (Despret, 2004, p. 10).⁵

Portanto, nossa primeira ferramenta fundamenta-se em um modo de fazer pesquisa que não anula, mas mantém as diferenças entre os atores da pesquisa e lança mão delas como potência.

Multiplicidade

A partir disso, para que possamos sustentar um modo de fazer pesquisa que não anule a diversidade dos atores envolvidos na problemática estudada, é preciso retirar de todos esses atores a possibilidade de acesso a uma verdade “mais verdadeira” que os demais, permitindo maior mobilidade nas dissimetrias presentes no campo da pesquisa. Nesse sentido, nossa segunda ferramenta, a multiplicidade, refere-se a um modo de fazer pesquisa que não busca suplantiar uma verdade com outra maior. O entendimento de que as verdades são múltiplas, e não há uma que se sobreponha de forma mais legítima às demais, é o que reforça a impossibilidade de redução dos elementos trazidos pelos atores da pesquisa a expressões ou explicações já possuídas pelo pesquisador.

Para tanto, partimos da compreensão de que a verdade não é algo universal, ins-

critério em um registro de neutralidade e de que precisamos, no processo de pesquisa, situar as condições de possibilidade de produção de determinado valor de verdade. Compreendemos que essas condições de possibilidade estão sempre sujeitas a jogos de força e obedecem a um conjunto de regras compartilhadas em um momento histórico e contexto social específico (Foucault, 1969/2009).

Nesse sentido, assumir esse entendimento, significa romper com a noção de neutralidade, como algo que permitiria o acesso a uma verdade desinteressada. Seria romper com a perspectiva de que o que pensam cientistas, psicólogos ou filósofos fosse algo capaz de apreender as essências do mundo, sem nenhum outro interesse, senão o compromisso com a descoberta dessa “verdade verdadeira” e com a ideia de que o interesse em nome do qual esses sujeitos operam é um suposto interesse geral, coletivo, universal. Interesse esse que os “descobridores” se autorizam a representar (Passeti, 2013). A verdade deixa de ser algo produzido por um exercício do pensamento que leva à produção de conceitos com validade universal e insere-se em outra perspectiva, a de que as verdades são múltiplas e interessadas.

No entanto, é preciso deixar claro

que quando afirmamos a verdade como multiplicidade, não estamos caindo em um completo relativismo em que tudo é válido. Como colocamos anteriormente, entendemos que a aquisição de um valor de verdade está sujeito a uma série de regras. Com isso, também não estamos nos colocando no lugar de quem pode dizer quais regras devem ou não ser aceitas, mas afirmamos a importância de, na produção das ciências, dar visibilidade às regras que estão conformadas em cada área do conhecimento e em quais jogos de interesses políticos, econômicos e culturais os atores estão inseridos.

Da mesma forma, é preciso deixar claro que quando afirmamos que as verdades não são a descoberta de uma realidade que está dada *a priori*, não estamos, de maneira nenhuma, negando a existência de uma realidade concreta das coisas. Ninguém duvida, por exemplo, que prédios sejam construídos, nem duvida que eles sejam reais. Eles existem, justamente, porque em algum momento foram construídos (Latour, 2005).

Bruno Latour (1994), em *Jamais fomos modernos*, parte de uma recusa à crença em um modelo epistemológico de ciência, no qual esta caminharía em direção à verdade por meio de uma revelação, ascense ou iluminação e afirma o entendimento de que a produção do verdadeiro se dá através de

um jogo de forças de natureza política (Ferreira, 2006/2007). Ao evidenciar que a verdade não se encontra em uma natureza independente dos modos de fabricação desta, o autor não busca somente afirmar a possibilidade de superar determinada verdade ou desestabilizar seu valor de verdade, mas demonstrar que os fatos se tornam mais verdadeiros quanto mais articulados e fabricados forem (Latour, 1994; 2005).

Ao tecer esses questionamentos, Bruno Latour (1994) não busca negar a existência de uma realidade. O que o autor questiona é a existência desta como algo purificado. Também não fala em um desconstrutivismo; ao contrário, afirma que quanto mais for construído mais real um objeto será (Latour, 2001). A proposta do autor é de que busquemos caminhar em direção a uma perspectiva mais simétrica de pesquisa, sem acessos privilegiados da ciência a naturezas e essências, sejam elas de humanos ou não humanos. Nossa segunda ferramenta oferece ao diplomata uma possibilidade de abertura para a diversidade. Sem uma verdade única, oposta ao falso, torna-se possível a aceitação e a convivência das múltiplas versões de um mesmo objeto.

Considerações finais

É preciso considerar que o disparador para a produção desse artigo foi a provocação “Como inventar um método?” e, na tentativa de responder a essa questão sem produzir um modelo ou manual a ser seguido, nos voltamos à reflexão sobre a postura do pesquisador. Colocando a ética como anterior aos procedimentos de pesquisa, nossa intenção foi problematizar as relações tradicionalmente estabelecidas entre os diferentes atores, em direção a práticas que permitam colocar em questão as assimetrias presentes nas relações entre os atores da pesquisa.

Para tanto, entendemos que o personagem do diplomata oferece a possibilidade de questionarmos essas assimetrias. Nossa proposta desloca do centro tanto o pesquisador, como aquele que elege o problema a ser investigado e o vocabulário adequado para respondê-lo, quanto o pesquisado, como “simplesmente” representado por um pesquisador invisível nos artigos científicos. Nosso pesquisador não possui uma verdade de maior valor, nem a encontramos de forma pura na fala de nossos pesquisados. O que apontamos é que as realidades comuns precisam ser localmente negociadas pelos atores envolvidos. A existência de qualquer

solução possível não antecede a negociação dos problemas a serem colocados.

O convite que deixamos aqui aos pesquisadores é o de se deslocar do lugar hierarquizado que a posse de um saber teórico comumente convoca. Que o processo de pesquisa possa ser interrogado e recolocado por diferentes atores.

Notas

¹ Chamamos a atenção aqui a uma questão que fez sua intrusão a partir das discussões geradas em sala de aula na ocasião em que uma primeira versão deste texto foi apresentada. O problema da ética na pesquisa foi correlacionado como algo que somente poderia ser pensado dentro de algumas perspectivas epistemológicas, dentre elas a pós-estruturalista, visto que em outras abordagens, tais como a das ciências modernas, principalmente, dentro do paradigma positivista, teriam como dada a neutralidade do pesquisador como postura metodológica. A partir disso, tentamos incorporar a questão que nos foi endereçada como mais um ponto de passagem a fim de aportar maior clareza à preocupação que nos acompanha.

² Não se trata aqui, por outro lado, daquilo que Bourdieu, dentre outros cientistas sociais, chamou de senso prático (Bourdieu et

al., 2002), ou seja, um modo de ação determinado por um *habitus* social alicerçado na divisão entre opinião e conhecimento.

³ Vale lembrar que esse é o problema político que assombra filósofos e teóricos desde Platão. Ver Deleuze (2006, p. 98-109).

⁴ Ao utilizar a expressão “pesquisado” nos referimos ao que tradicionalmente denominamos participantes, objetos ou sujeitos de pesquisa. Nossa proposta é de substituição dessas terminologias que estabilizam posições hierarquizadas pela noção de “atores”, sugerindo uma participação ativa de todos os envolvidos no processo de pesquisar, sejam eles humanos ou não humanos.

⁵ A ironia não nos leva além da desconstrução. De qualquer forma, ela não nos permite compreender que os contrastes são construídos, nem nos ajuda a explorar – ao levar a sério – os modos como cultivamos as emoções [tradução livre].

Referências

- Bourdieu, P.; Chamboredon, J.; Passeron, J. (2002) *O ofício do sociólogo: preliminares epistemológicos*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Campos, L. F. L. (2001). *Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia*. Campinas: Alínea.

- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição*. Trad. Luiz Orlandi; Roberto Machado. São Paulo: Ed. Graal.
- Despret, V. (2004). *Our Emotional Makeup: Ethnopsychology and Selfhood*. Other Press, LLC.
- Fausto-Sterling, A. (2002). *Dualismos em Duelo*. Cadernos Pagu, n. 18, p. 9 – 79
- Ferreira, A. A. L. (2006/2007). *Para além dos fundamentalismos epistemológicos: o encontro de Michel Foucault e Bruno Latour na construção diferencial de um mundo comum*. Revista Aulas. 3: 1-29.
- Foucault, M. (2009). *A Arqueologia do Saber* (tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, original publicado em 1969, 7ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (2001). *A esperança de Pandora: ensaio sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC
- _____. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: University Press
- Passetti, E. (2013). O Carcereiro que há em nós. In: Ximendes, A.; Reis, C.; Wolski, R. *Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias*. Porto Alegre: CRPRS.
- Pelúcio, L. (2006). *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo, Annablume.
- Guareschi, N. M. F.; Scarparo, H (2008). Refletindo sobre pesquisa e produção de conhecimento. In: Scarparo, H. (Org.). *Psicologia e Pesquisa: Perspectivas Metodológica*. Porto Alegre: Sulina.
- Spivak, G. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte, EdUFMG.
- Stengers, I. (2002). *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2010) *Cosmopolitics I*. London, University of Minesota Press.
-

Carlos Baum: Psicólogo, mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Membro do Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (NUCOGS). Professor do Instituto Evangélico Novo Hamburgo.

E-mail: baum.psico@gmail.com

Carolina dos Reis: É doutoranda em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação, *Núcleo E-Politics*. Docente do Curso de Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

E-mail: carolinadosreis@gmail.com

Lucas Goulart: Psicólogo formado pela Unisinos, mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e doutorando em psicologia pela mesma universidade. Interessado nos temas de gênero e sexualidade, teoria queer, feminismo e novas tecnologias. Integrante do NUPSEX – UFRGS.

E-mail: la_goulart@hotmail.com

Luciana Rodrigues: Psicóloga, graduada pela Universidade de Santa Cruz do Sul, mestre e doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do *Núcleo E-politics* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: luciana_rodrig@yahoo.com.br

Enviado em: 16/09/2014 – **Aceito em:** 07/11/2014
